



PM-TO
500 questões gabaritadas
Curso de Formação de Oficiais - CFO

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	21

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	24

MATEMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	23

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	27

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	27

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29



DIREITO PENAL MILITAR

QUESTÕES.....	1
GABARITO	5

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

QUESTÕES.....	1
GABARITO	12

SUMÁRIO



1. FGV - 2022

Assinale a frase em que se comete um **erro** de grafia.

- (A) A seção em que trabalho é a mais procurada.
- (B) A adolescência é uma fase difícil.
- (C) Essas coisas nunca passam despercebidas.
- (D) Nunca mais vi aqueles facínoras.
- (E) Chegaram as encomendas através do correio.

2. FGV - 2022

Assinale a opção em que só a primeira forma do vocábulo está **correta**.

- (A) abóboda / abóbada.
- (B) deslise / deslize.
- (C) mantegueira / manteigueira.
- (D) freada / freiada.
- (E) bandeija / bandeja.

3. FGV - 2021

A frase abaixo em que há ERRO no emprego ou na ausência do artigo definido é:

- (A) Não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele pegue os ratos;
- (B) As grandes ideias sempre encontram os homens que as procuram;
- (C) As ideias concordam bem mais entre si do que os homens;
- (D) Todo o dia em que se trabalha é um dia perdido;
- (E) A virtude premeditada é a virtude do vício.

4. FGV - 2021

Como é sabido, os adjetivos e advérbios podem receber graus comparativo ou superlativo; a frase abaixo em que ocorre a gradação de um advérbio é:

- (A) Ela canta bem alto quando toma banho;
- (B) Ele agora está muito forte;
- (C) Que extraordinariamente amável é sua secretária;
- (D) Caminhou bastante tempo até a fábrica;
- (E) Não saiu daqui muito convencido.



1. FGV - 2025

Um perito criminal precisa analisar um conjunto de quatro amostras coletadas de uma cena de crime.

As amostras incluem os seguintes itens distintos:

- cinco fibras de tecido;
- três fios de cabelo;
- dois fragmentos de vidro; e
- uma amostra de solo.

Para realizar a análise, ele precisa escolher exatamente três itens entre as amostras, mas cada item deve pertencer a uma amostra diferente.

O número total de diferentes trios de itens que o perito pode escolher é

- (A) 59.
- (B) 60.
- (C) 61.
- (D) 62.
- (E) 63.

2. FGV - 2024

Em um encontro de 26 pessoas, 21 delas se conhecem mutuamente. Cada uma das 5 pessoas restantes não conhece nenhuma das outras 25 pessoas presentes.

Pessoas que se conhecem se cumprimentam com um abraço e pessoas que não se conhecem se cumprimentam com um aperto de mão. Todas as pessoas presentes ao encontro se cumprimentaram.

O número de apertos de mão foi

- (A) 115.
- (B) 120.
- (C) 125.
- (D) 130.
- (E) 135.

3. FGV - 2024

Gabriel, Hugo e Ledo são atletas e disputam uma série de corridas. Em cada corrida, o vencedor ganha 4 pontos, quem chega em segundo lugar ganha 2 pontos e quem chega em terceiro ganha 1 ponto. Após a terceira corrida, Gabriel acumulou um total de N pontos.

O número de valores diferentes possíveis para N é:

- (A) 6.
- (B) 7.



1. FGV - 2025

Um analista do Tribunal de Contas realizou um estudo para tentar prever o gasto com passagens aéreas com os servidores do tribunal. Nesse estudo, ele levou em consideração as seguintes variáveis:

- 1 - A distância entre o local de origem e o local de destino.
- 2 - Se o servidor é de nível médio ou superior.
- 3 - Se o servidor tem direito a bagagem ou não.

Essas variáveis são dos seguintes tipos, respectivamente:

- (A) Quantitativa contínua, qualitativa ordinal e qualitativa nominal.
- (B) Quantitativa discreta, qualitativa nominal e qualitativa ordinal.
- (C) Quantitativa contínua, qualitativa ordinal e quantitativa discreta.
- (D) Quantitativa discreta, qualitativa nominal e qualitativa nominal.
- (E) Quantitativa contínua, qualitativa nominal, qualitativa nominal.

2. FGV - 2024

A afirmação que descreve corretamente os conceitos e as relações entre variáveis quantitativas e qualitativas é:

- (A) variáveis quantitativas podem ser obtidas a partir de variáveis qualitativas em situações particulares;
- (B) variáveis quantitativas são características observadas em populações, enquanto variáveis qualitativas são características observadas em amostras;
- (C) variáveis quantitativas são características subjetivas, enquanto variáveis qualitativas são características objetivas;
- (D) variáveis quantitativas são contínuas, enquanto variáveis qualitativas são discretas;
- (E) variáveis quantitativas são representadas por números inteiros.

3. FGV - 2024

A opção que apresenta uma variável qualitativa é:

- (A) altura;
- (B) escolaridade;
- (C) idade;
- (D) peso;
- (E) salário.



1. FGV - 2025

Após amplos estudos realizados pelo Ministério competente, foi sugerido ao Presidente da República a apresentação de projeto de lei estabelecendo uma política pública especificamente direcionada a duas regiões do país, fundada em níveis de desenvolvimento humano, o que redundaria em direcionamento diferenciado de recursos e tratamento mais favorecido, quando cotejado com aquele dispensado às demais regiões.

O presidente do partido político Alfa, que tem grande penetração nas regiões preteridas, solicitou que sua assessoria analisasse a sua compatibilidade com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

A assessoria esclareceu corretamente que a proposta

- (A) não possui conformidade constitucional por destoar do objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional.
- (B) deve ser veiculada por meio de emenda constitucional, de modo a excepcionar a exigência de tratamento igualitário entre os entes federativos.
- (C) afronta a concepção de igualdade formal que deve reger o Estado de Direito, legitimando distinções de caráter arbitrário que buscarão amparo no subjetivismo do gestor.
- (D) é expressamente vedada pela ordem constitucional, que exige uniformidade das políticas públicas promovidas por cada ente federativo no interior do seu território.
- (E) se ajusta ao objetivo fundamental de reduzir as desigualdades sociais e regionais, ainda que redunde em tratamento inicial distinto entre as regiões do país.

2. FGV - 2024

A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, **com exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Intervenção consentida.
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (C) Independência nacional.
- (D) Prevalência dos direitos humanos.
- (E) Igualdade entre os Estados.

3. FGV - 2024

Maria, deputada federal, por entender que o isolamento de Brasília, capital federal, caminhava em norte contrário à sedimentação da ideologia participativa, apresentou projeto de lei visando à mudança temporária da sede do Poder Legislativo para determinada região do país, durante os meses previstos na proposição. A mudança, ao ver de Maria, era essencial ao desenvolvimento dessa região.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, ao apreciar a compatibilidade do referido projeto com a Constituição da República, observou corretamente que a mudança da sede do Poder Legislativo:

- (A) exige emenda constitucional;
- (B) deve ser antecedida de plebiscito;



1. FGV - 2024

Com relação aos princípios que regem as atividades da Administração Pública, aquele que foi alçado por último à Constituição Federal de 1988, por meio de emenda constitucional (EC 19/98), preconiza que

- (A) os atos praticados pela Administração Pública devem ser amplamente divulgados.
- (B) a atuação dos agentes do Poder Público deve ser pautada pela boa-fé e lealdade.
- (C) a administração Pública só poderá agir quando houver previsão legal.
- (D) a execução da atividade administrativa exige presteza, perfeição e rendimento funcional.
- (E) as ações públicas devem ser objetivas, sem buscar o favorecimento ou discriminação de indivíduos.

2. FGV - 2024

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de uma lei estadual que conferiu um bônus de 10% na nota dos candidatos a concurso público que residiam na localidade, entre outros fundamentos, pelo fato de que tal norma viola princípio expresso no Art. 37, *caput*, da CRFB/88, sendo **correto** afirmar que se trata do

- (A) princípio da impessoalidade.
- (B) princípio da legalidade.
- (C) princípio da publicidade.
- (D) princípio da segurança jurídica.
- (E) princípio da indisponibilidade do interesse público.

3. FGV - 2023

Determinada autoridade competente de um órgão de investigação em âmbito federal fez editar um Ofício determinando que todas as informações e documentos incluídos no sistema eletrônico de informações do respectivo órgão são de acesso restrito ou sigiloso, vedando, por conseguinte, genericamente, o acesso público a qualquer dado daquela repartição.

Considerando as normas constantes do ordenamento pátrio sobre o acesso à informação e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que o mencionado Ofício

- (A) é válido, na medida em que indica as situações em que a imposição de restrição ou sigilo é viável.
- (B) é nulo, porque qualquer ato restritivo da publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal.
- (C) é válido, diante da viabilidade de restrição genérica ao acesso de informações, para assegurar a intimidade e a vida privada das pessoas a que digam respeito.
- (D) é nulo, pois não é possível a restrição de qualquer informação, ainda que relativa à segurança da sociedade e do Estado.
- (E) é válido, por se tratar de uma mitigação do princípio da publicidade respaldada pela Constituição da República de 1988.



1. FGV - 2024

Melchediádes, jogador de um time de futebol, aceitou vantagem indevida oferecida por Heráclito, servidor da Receita Federal do Brasil que, paralelamente, exerce a atividade de empresário no ramo de casas de apostas esportivas. Segundo as tratativas, Melchediádes deveria receber cartão vermelho em determinada partida em troca do recebimento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Antes de receber a vantagem indevida, Melchediádes foi preso juntamente com Heráclito, em operação policial.

Pelo exposto, é correto afirmar que Melchediádes

- (A) deverá responder pelo crime previsto no Art. 317 do Código Penal.
- (B) não praticou crime algum, tendo em vista que sua conduta foi interrompida nos atos preparatórios.
- (C) deverá responder pelo crime previsto no Art. 41-C da Lei nº 10.671/2003.
- (D) deverá responder pelo crime previsto no Art. 198 da Lei nº 14.597/2023.
- (E) deverá responder pelo crime previsto no Art. 2º, inc. IX da Lei nº 1.521/1951.

2. FGV - 2024

Com relação à aplicação da lei penal no espaço, segundo o vigente Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública são consideradas como extensão do território nacional para fins penais.
- (B) Aplica-se a lei penal brasileira aos fatos praticados em quaisquer embarcações brasileiras, ainda que estejam ancoradas em porto estrangeiro.
- (C) A lei brasileira nunca é aplicável aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras.
- (D) Ainda que seja cometido no estrangeiro, o crime de genocídio fica sujeito à lei brasileira quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (E) Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves privadas estrangeiras, ainda que estejam em pouso no território nacional.

3. FGV - 2023

O jogador Vinícius Júnior foi expulso, no dia 21/05/2023, em partida de futebol realizada contra o Valencia pelo campeonato espanhol, após reagir a ofensas racistas perpetradas por torcedores do time rival. Ao longo da partida, foi possível ouvir constantes gritos de “macaco!” advindos da torcida do Valencia e direcionados ao atacante brasileiro. A polícia de Madri recolheu impressões digitais e vestígios genéticos de várias pessoas envolvidas no ato. Afora isso, as autoridades locais rastrearam placas de veículos automotores que transitaram próximo ao estádio. Diante da investigação da polícia madrilenha, chegou-se à autoria em relação a determinados indivíduos.

Considerando a narrativa fática, é correto afirmar que a lei penal brasileira:

- (A) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado o princípio da territorialidade mitigada;
- (B) poderá ser aplicada às infrações penais que ocorrerem fora do território nacional, devendo ser observado



1. FGV - 2024

João ingressou com uma queixa-crime, no contexto das ações penais de iniciativa privada, em face de Jonatas, ao argumento de que o último o teria injuriado. Nada obstante, no curso da persecução penal em juízo, João perdoou o querelado, com a aceitação do último. Com efeito, houve a extinção de punibilidade e o encerramento do processo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o perdão de João, no curso da relação processual, é uma manifestação do princípio da

- (A) oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.
- (B) transcendência da ação penal de iniciativa privada.
- (C) disponibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (D) divisibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (E) oficialidade da ação penal de iniciativa privada.

2. FGV - 2024

Acerca dos princípios reitores do processo penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como corolário do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso a todos elementos de prova, já documentados ou não, no procedimento investigatório conduzido pela polícia judiciária.
- (B) O princípio do juiz natural inviabiliza que a pena cumprida no estrangeiro exclua ou reduza a pena a ser cumprida no Brasil, ainda que se trate do mesmo fato criminoso.
- (C) Embora não seja absoluto, o princípio da identidade física consiste no mandamento de que o juiz que presidiu a instrução deverá, a princípio, proferir a sentença.
- (D) Como decorrência do princípio do contraditório, pode-se afirmar que tanto a falta de defesa quanto sua deficiência ensejam a nulidade absoluta do processo, independentemente da prova de prejuízo para o réu.
- (E) Embora vigente o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, o exercício do direito de permanecer em silêncio não impede que o juiz considere esta circunstância em prejuízo do réu na sentença.

3. FGV - 2024

A diretriz segundo a qual ninguém pode ser punido criminalmente antes do trânsito em julgado da decisão condenatória retrata

- (A) o princípio da ampla defesa.
- (B) o princípio do contraditório.
- (C) o princípio da presunção de inocência.
- (D) o princípio da paridade de armas.
- (E) o princípio da inafastabilidade.



1. De acordo com o Código Penal Militar (CPM), são considerados crimes militares em tempo de paz aqueles cometidos por militares ou civis em determinadas circunstâncias. Acerca do conceito de crime militar, analise as afirmativas abaixo:

I. Um crime cometido por um militar contra outro militar dentro de uma unidade militar é, em regra, considerado crime militar.

II. Civis podem cometer crimes militares, desde que o crime esteja previsto no Código Penal Militar e afete a administração militar ou a segurança das Forças Armadas.

III. Crimes militares podem ocorrer apenas durante o serviço ativo do militar, não sendo possível que um militar da reserva cometa crime militar.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas II e III estão corretas.
- (C) Apenas I e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.
- (E) Nenhuma das afirmativas está correta.

2. No contexto da legislação penal militar, o conceito de crime militar próprio refere-se a infrações que:

- (A) São praticadas exclusivamente por militares e não possuem correspondência no Código Penal comum.
- (B) Podem ser praticadas tanto por militares quanto por civis, desde que a vítima seja militar.
- (C) Estão previstas no Código Penal Militar, mas podem ser julgadas pela Justiça Comum, dependendo do local do crime.
- (D) Sempre exigem a presença de dolo específico e grave dano à administração militar.
- (E) São aqueles previstos no Código Penal Militar e que podem ser cometidos por qualquer cidadão.

3. Segundo o Código Penal Militar, um civil pode ser responsabilizado por crime militar quando:

- (A) Cometer um crime contra o patrimônio das Forças Armadas ou contra autoridade militar no exercício de sua função.
- (B) Praticar qualquer infração dentro de um quartel, independentemente da relação com a atividade militar.
- (C) Desacatar um policial militar fora do serviço e sem vínculo com atividade militar.
- (D) Agredir um militar reformado, ainda que por motivos pessoais e sem relação com a função militar.
- (E) Ofender moralmente um militar em redes sociais, independentemente do contexto.



1. FGV - 2023

Sobre aplicação da pena no âmbito do Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Código Penal militar não trata da figura da reincidência específica, apenas da reincidência genérica, da mesma forma prevista no Código Penal;
- (B) No concurso de agravantes e atenuantes, deve sempre preponderar, em nome da hierarquia e disciplina, as circunstâncias agravantes;
- (C) A pena de morte é executada de acordo com a escolha do réu, que tem um prazo de até 48 horas para definir a forma de execução;
- (D) A tentativa deve ser punida com a pena igual ao do crime consumado;
- (E) Equipara-se ao comandante, para efeito de aplicação da lei penal militar, toda autoridade com função de direção.

2. FGV - 2022

Sobre os crimes militares, em especial os crimes militares contra a flora, assinale a afirmativa correta.

- (A) Conforme previsão legal expressa, os institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/1995 aplicam-se aos crimes militares.
- (B) A partir da edição da Lei 13.491/2017, tornou-se possível que a Justiça Militar processe e julgue militar pelos crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 que trata de sanções penais de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- (C) É crime de perigo abstrato o ato de soltar balões que possam provocar incêndio nas florestas e demais formas de vegetação.
- (D) Os crimes militares contra a flora são de competência exclusiva da Justiça Militar da União, visto que se trata de bem sob responsabilidade e tutela da União.
- (E) Compete ao Conselho de Justiça processar e julgar crimes militares cometidos por civis.

3. FGV - 2022

Com base no Código Penal Militar, julgue as seguintes assertivas.

- I.** Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis.
- II.** Considera-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão quanto no momento do resultado do crime.
- III.** Não exclui a imputabilidade penal a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.
- IV.** Se uma lei posterior deixar de considerar um fato um crime, nenhum agente poderá ser punido, salvo se já tiver sido condenado por sentença irrecorrível.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II e III.
- (B) I e III.